

9º anais seminário do co- mo mo- sp

desenho da prancha do concurso para sede do clube xv em santos.
arq. pedro paulo de mello saraiva e arq. francisco petracco - 1963

**Preservar e valorizar o patrimônio
arquitetônico moderno: o papel das
instituições públicas e agentes privados.**

ANAIS 9º SEMINÁRIO DO.CO.MO.MO SP

**PRESERVAR E VALORIZAR O PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO MODERNO: O PAPEL
DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E AGENTES
PRIVADOS**

Realização:

Núcleo DOCOMOMO SP

Universidade Santa Cecília – UNISANTA

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO CONSTRUÍDO PELO PLANO DE AÇÃO DO LITORAL

*THE ARCHITECTURAL HERITAGE OF THE COAST BUILT BY THE "ACTION
PLAN"*

*EL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO DE LA COSTA CONSTRUIDO POR EL
"PLAN DE ACCIÓN"*

BUZZAR, Miguel

Professor Titular; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP)
mbuzzar@sc.usp.br

SILVA, Jasmine Luiza Souza

Doutoranda; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP)
jasmine_luiza@usp.br

FACHI, Fernanda Millan

Doutoranda; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP)
fernanda.millanfachi@usp.br

RESUMO

A implementação do Plano de Ação (PAGE) na gestão do governador Carvalho Pinto no Estado de São Paulo (1959-1963) teve um impacto profundo na difusão e afirmação da arquitetura moderna em todo Estado, incluindo o litoral paulista, com a produção de mais de 1.000 equipamentos públicos. Até o Plano as obras públicas, na sua imensa maioria, eram projetadas pelo Departamento de Obras Públicas com uma arquitetura de extração eclética, neocolonial ou ainda possuíam uma linguagem corrente de difícil definição. As obras do PAGE foram implantadas quando a Arquitetura Moderna já conhecia ampla aceitação e há um ano da inauguração de Brasília, além de alinharem a produção estatal paulista com a produção arquitetônica em geral, não se restringindo a replicar soluções consagradas e existentes. A especulação arquitetônica propiciada e estimulada pelo PAGE deu vazão a um conjunto de concepções que renovavam a proposição da dimensão pública dos equipamentos através de uma pluralidade arquitetônica substantiva. Essa produção colocou em relevo a dimensão social da própria arquitetura moderna, e foi o terreno no qual se constituiu a corrente que veio a ser conhecida como escola paulista, uma das expressões da pluralidade arquitetônica.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Moderna. Plano de Ação. Arquitetura Moderna no litoral paulista.

ABSTRACT

The implementation of the Action Plan (PAGE) during the administration of Governor Carvalho Pinto in the State of São Paulo (1959-1963) had a profound impact on the dissemination and affirmation of modern architecture throughout the state, including the coast of São Paulo, with the production of more than 1,000 public facilities. Until the Plan, the vast majority of public works were designed by the Department of Public Works with an eclectic or neocolonial architecture or even used a language that was difficult to define. The PAGE projects were implemented when Modern Architecture was already widely accepted and one year after the inauguration of Brasília. In addition to aligning the state production of São Paulo with architectural production in general, they were not restricted to replicating established and existing solutions. The architectural speculation facilitated and stimulated by the PAGE gave rise to a set of concepts that renewed the proposition of the public dimension of facilities through a substantive architectural plurality. This production highlighted the social dimension of modern architecture itself, and was the terrain in which the movement that came to be known as the São Paulo school was established, one of the expressions of the architectural plurality developed.

KEYWORDS: Modern Architecture. Action Plan. Modern Architecture on the coast of São Paulo.

RESUMEN

La implementación del Plan de Acción (PAGE) durante el gobierno del gobernador Carvalho Pinto en el Estado de São Paulo (1959-1963) tuvo un profundo impacto en la difusión y afirmación de la arquitectura moderna en todo el Estado, incluida la costa de São Paulo. con la producción de más de 1.000 equipamientos públicos. Hasta el Plan, la gran mayoría de las obras públicas eran diseñadas por el Departamento de Obras Públicas con una arquitectura ecléctica, neocolonial o incluso tenían un lenguaje común difícil de definir. Las obras de PAGE se implementaron cuando la Arquitectura Moderna ya tenía gran aceptación y un año después de la inauguración de Brasília, además de alinear la producción estatal paulista con la producción arquitectónica en general, no se limitaron a replicar soluciones establecidas y existentes. La especulación arquitectónica facilitada y estimulada por PAGE dio lugar a un conjunto de concepciones que renovaron la propuesta de la dimensión pública del equipamiento a través de

una pluralidad arquitectónica sustantiva. Esta producción destacó la dimensión social de la propia arquitectura moderna y fue el terreno sobre el que se formó la corriente que pasó a denominarse escuela paulista, una de las expresiones de la pluralidad arquitectónica desarrollada.

PALABRAS-CLAVE: *Arquitectura Moderna. Plan de Acción. Arquitectura Moderna en la costa de São Paulo.*

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO CONSTRUÍDO PELO PLANO DE AÇÃO DO LITORAL PAULISTA

INTRODUÇÃO

Até 1959, os edifícios dos equipamentos públicos produzidos pelo governo do Estado de São Paulo, com raras exceções, eram de extração arquitetônica eclética, neocolonial ou ainda de uma arquitetura convencional de difícil classificação. Sobretudo, não eram edificações projetadas a partir das concepções modernas. Ao longo da década de 1950, essa situação, quando a arquitetura moderna brasileira já era hegemônica no país, reconhecida no exterior e um ano antes da inauguração de Brasília, soava como anacrônica em termos arquitetônicos e, curiosamente, no Estado mais desenvolvido industrialmente do país, que reivindicava para si a condição de líder da modernização. Apenas com o Plano de Ação (PAGE) do Governo do Estado de São Paulo – gestão Carvalho Pinto de 1959 a 1963 – a arquitetura moderna foi introduzida sistematicamente na produção dos equipamentos públicos no estado, o que veio a alterar radicalmente sua difusão pelo território paulista. Entretanto, esse fato é pouco conhecido.

No litoral do Estado, há obras paradigmáticas da Arquitetura Moderna Brasileira e da chamada Escola Paulista, como a atual EEPSG Prof. Jon Teodoresco (antigo Ginásio Estadual de Itanhém) projetado por Vilanova Artigas. Essa obra é, particularmente, importante para a Escola Paulista e para o que ela reivindica como arquitetura com um propósito, a função social, pois foi a primeira obra de Artigas, na qual traduziu as suas experiências espaciais residenciais, que privilegiam os espaços coletivos para um equipamento público social.

O Plano, sua importância e as obras que produziu no litoral paulista, e a importância destas para a difusão moderna, constituem o objeto deste artigo.

O PLANO DE AÇÃO

A década de 1950, ou o intervalo de tempo que se inicia em 1943, com a exposição Brazil Builds, e finda em 1960, com a inauguração de Brasília, pode ser considerado o grande período da Arquitetura Moderna. Ainda que por vezes a data final possa ser a do golpe militar de 1964, ou a da implementação do AI-5 em dezembro de 1968, que marcariam o desalinhamento ou ruptura da política nacional em relação a Arquitetura Moderna e o desenvolvimento econômico e social que deveria caminhar pari-passo com a democracia, sendo 1969 a data inequívoca do fim da relação entre Estado e Arquitetura, mediada pelo projeto de desenvolvimento democrático burguês.

O intervalo entre 1964 e 1968 é importante porque a discussão sobre a função social da arquitetura, que sempre esteve secundarizada pelo tema da linguagem moderna da arquitetura de cunho nacional, no quadro da construção de uma cultura nacional, como componente da identidade, também nacional, aflorou de forma substantiva e, em São Paulo, adquiriu seu ápice com as formulações de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre em contraposição às de Vilanova Artigas. Com este último, adquiriu projeção a concepção presente no modernismo internacional desde o seu início, da arquitetura como meio

decisivo para construção de um Novo Mundo. Concepção esta contestada por Ferro e Lefèvre, que interpretavam o desenho e o projeto não como instrumentos de libertação, mas sim de dominação.

A simplificação do debate do período, aqui apresentada, justifica-se pelo foco deste trabalho, que tangencia esta questão, mas não é o seu objetivo. Em todo caso, o que interessa é como a formulação de Artigas e de outros arquitetos que o acompanhavam, conheceu um desenvolvimento na década de 1960.

Há uma outra questão, não menos importante, para este trabalho. Até 1959, o Estado de São Paulo, com raras exceções produzia uma arquitetura neoclássica, eclética e, também, neocolonial para os seus próprios públicos. No caso dos Fóruns de Justiça, o Departamento de Obras Públicas havia elaborado projetos-padrão ecléticos, com forte traço Neoclássico ou Eclético neoclássico. Pode-se dizer que havia um projeto claro da elite paulista de não se utilizar da linguagem moderna para sua representação política. As contradições eram muitas, como dito, o período de afirmação e difusão da arquitetura moderna no Brasil, não conhecia a mesma condição no plano estadual, ainda que no âmbito do poder municipal, o modernismo era amplamente difundido, como por exemplo no Convênio Escolar e nas obras do VI Centenário da Cidade, com o Parque do Ibirapuera e suas edificações. Isto em termos de obras públicas, em relação a iniciativa privada, cujas obras não deixavam de também estar submetidas segundo os interesses da elite paulista, as obras do mesmo período, também, eram de extração moderna, incluindo as residenciais. Isto para não serem citados os conjuntos habitacionais produzidos pelos IAP na cidade e no estado, todos modernos. Portanto, esta defasagem entre a produção pública do Estado paulista e as demais, é por demais intrigante. Seria mais um caso do “velho está morrendo e o novo não pode nascer”, como profetizou em outra situação, Gramsci? Certamente, não se trata de uma resistência desprovida de significados, mas para os objetivos desse trabalho, nos limitamos ao seu registro.

Mas, o que teria acontecido em 1959. Neste ano, foi eleito para governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto. Eleito governador, Carvalho Pinto (01/1959-01/1963) iniciou a implantação de um Plano de governo, o Plano de Ação do Governo do Estado, mais conhecido como Plano de Ação, ou PAGE, através do Decreto n. 34.656, de 12 de fevereiro de 1959, que segundo seus objetivos deveria levar o progresso ao conjunto do Estado com a implantação de serviços e construção de equipamentos sociais¹. O Decreto no seu artigo 1 afirmava que as “As Secretarias de Estado e a Reitoria da Universidade de São Paulo apresentarão ao Governador, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, exposição dos problemas fundamentais relacionados com a execução de obras e serviços que lhe são afetos”². Através desse decreto era criado junto ao

¹ Carlos Alberto de Carvalho Pinto foi advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1931, ele iniciou sua carreira política como Assessor Político da Prefeitura de São Paulo entre 1938 e 1945, na gestão de Francisco Prestes Maia, trazendo na sua formação a participação no setor de história e sociologia da Sociedade de Estudos Políticos da ação integralista. Em março de 1953 ocupou o cargo de Secretário das Finanças na gestão municipal de Jânio Quadros. Em outubro de 1958, foi eleito governador de São Paulo com o apoio de Quadros, pelo Partido Democrata Cristão Brasileiro, governando o Estado entre janeiro de 1959 e janeiro de 1963.

² “Estado de São Paulo, Plano de Ação do Governo- 1959-1963- Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social”, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959, s/p.

Gabinete do Governador o Grupo de Planejamento, cuja tarefa era apresentar, implantar e gerir o Plano de Ação do Governo do Estado.

Na mensagem do governo apresentada 2 anos depois à Assembleia Legislativa em 14 de março de 1961, verifica-se as fundamentações que orientaram o Plano, ligadas à concepção do padre francês Joseph-Louis Lebreton e sua doutrina Economia e Humanismo, que influenciou largamente o Partido Democrata Cristão Brasileiro:

[...] Ao elaborar o Plano de Ação quis fazer dele também o instrumento da elevação das condições de vida das populações interioranas – relegadas até há poucos anos ao abandono. A verdade é que, desprovido, em outros tempos de quase todos os recursos, o interior do Estado se transformou rapidamente graças às obras do Plano de Ação(...) energia, ferrovia, rodovias, aeroportos, navegação; obras públicas são os empreendimentos relacionados com a instalação dos estabelecimentos de ensino, de hospitais, de instituições penais, de casas de detenção, de unidades sanitárias, de casas de lavoura, de armazéns de abastecimento de água e com os serviços de esgoto. Mas, além disso, prevê o Plano de Ação investimentos destinados ao equipamento das unidades construtivas à concessão de subvenções a instituições de assistência social e outros [...] (PINTO, 1961)³

No quadro de ações e planos de modernização econômica do país, associadas a afirmação e ampla difusão da arquitetura moderna brasileira a manutenção e persistência de projetos padrão (e de obras não modernas), passaria a não ser mais percebida de forma positiva. De certa maneira, eram vistas como anacronismos, ou mesmo resquícios de um momento cultural anterior, onde ainda se vivia preso a informações vindas de fora, sem o devido cotejamento com a cultura do país. Sobretudo, não passou a ser vista de forma positiva como representação de um estado que se queria moderno. O estado, como visto, no caso não era um poder genérico, tratava-se do Estado de São Paulo, e as associações históricas entre modernismo e modernização no país ganhavam uma nova resultante, a construção da Capital Federal a partir de um Plano Urbano Moderno e do seu conjunto de edifícios. No estado mais industrializado do país, a manutenção de uma arquitetura fosse neoclássica, fosse eclética, ou simplesmente, não moderna, ou seja, não associada ao modernismo estabelecido no país e em outros segmentos do próprio Estado paulista, passou a ser questionada. Certamente era uma questão de tempo, tal manutenção, vir a conhecer uma ruptura.

Nas palavras de Plínio de Arruda Sampaio, Chefe de Gabinete do Governador Carvalho Pinto e Coordenador do Plano, esses projetos, ou melhor, a concepção arquitetônica padronizada, deveria ser superada:

[...] eu andava com os arquitetos, os arquitetos chegavam para mim e diziam: O que se gasta para preencher o terreno ou tirar o terreno, você gasta num bom projeto que rompia o padrão, aproveita o terreno e faz algo muito melhor, com a insolação bem feita, etc. (SAMPAIO, 2007, grifo nosso)

³ PINTO, Carvalho. Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 14 de março de 1961.

A declaração de Sampaio, quase 50 anos após os acontecimentos, denota um conhecimento de causa, cuja dimensão é a de um programa cultural, que facultava concluir que houve de fato contato com os arquitetos e concepções modernas e esse contato era interessado, na busca de uma modernização da imagem que o PAGE, condizente com os seus objetivos, pretendia para o estado. Tal contato teve desfecho em uma Assembleia da seção paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Na ata da Assembleia de 8 de outubro de 1959 a entidade discutiu e posicionou-se em relação ao convite que o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) vinha fazendo a vários arquitetos para confecção de projetos de equipamentos públicos. Além da questão de remuneração, considerada abaixo do que a tabela de honorários da entidade propunha, a discussão ganhou corpo em torno da correção ou não do estado contratar arquitetos para realizar o que o quadro técnico presente nos órgãos públicos deveria fazê-lo. A discussão ia do significado cultural da participação dos arquitetos (autônomos ou de pequenos escritórios) na produção de obras para o governo, ao perigo do desmonte da máquina pública. Apesar das posições parecerem extremadas, uma proposta dos arquitetos Vilanova Artigas e Carneiro Vianna foi aceita por unanimidade. A proposta, sob a forma de moção, afirmava:

A assembleia autoriza a diretoria do IAB promover junto aos órgãos do governo os entendimentos necessários para ampliar cada vez mais as medidas que vem sendo tomadas no sentido de empregando o esforço criador dos arquitetos paulistas nas obras públicas comunicar-lhes o significado cultural da Arquitetura Brasileira e encarecer a necessidade do governo se aparelhar de uma equipe de técnicos capaz de levar a bom termo o planejamento de suas obras. (IAB, 1959)⁴

A proposta claramente, secundarizava a questão da remuneração, garantia a participação dos arquitetos de fora do estado, para projetarem para o estado e, sem entrar em detalhes, manifestava-se a favor de um aparelhamento técnico, por parte do mesmo estado.

Interessante notar que em novembro de 1959, vários projetos já haviam sido contratados e provavelmente entregues pois algumas obras viriam a ser inauguradas em 1960 e mesmo antes, inclusive o projeto do Ginásio Estadual de Itanhém de Vilanova Artigas.

OBRAS DO PLANO DE AÇÃO

O PAGE construiu mais de 1.000 equipamentos por todo estado, em mais de 275 municípios, entre escolas, edifícios universitários, de saúde, agricultura, Fórums e outros equipamentos de Justiça. Dentre outros.

Adamantina, Águas de São Pedro, Agudos, Alto Alegre, Álvares Machado, Alto Alegre, Alvinlândia, Americana, Amparo, Andradina, Aparecida, Apiaí, Araçatuba, Araras, Artur Nogueira, Arujá, Assis, Atibaia, Auriflama, Avaré, Barretos, Barueri, Bauru, Bebedouro, Bento de Abreu, Bernardino de Campos, Bilac, Birigui, Bocaina, Botucatu, Caçapava,

⁴ Ata da Assembleia do IAB de 8 de outubro de 1959.

Cachoeira Paulista, Caieiras, Cajobi, Cajuru, Campinas, Campos do Jordão, Candido Mota, Caraguatatuba, Cedral, Cerquilha, Charqueada, Chavantes, Colina, Conchal, Cosmorama, Cunha, Dois Córregos, Dracena, Duarte, Estrela D'Oeste, Flórida Paulista, Franca, Franco da Rocha, Gália, Graça, General Salgado, Guapiaçú, Guará, Guarujá, Guarulhos, Herculândia, Ibiúna, Icem, Iepê, Igarapava, Iguape, Indaiatuba, Núbia Paulista, Ipauçu, Iracemápolis, Irapuru, Itaberá, Itanhaém, Itapeceira da Serra, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itaporanga, Itaquapecetuba, Itararé, Itariri, Itu, Ituverava, Jaboticabal, Jacareí, Jaguariúna, Jundiaí, Laranjal Paulista, Lavínia, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Lorena, Lucélia, Macaúbal, Marabá Paulista, Maracá, Marília, Mauá, Miracatú, Mirante do Paranapanema, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Mogi-Guaçu, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Monte Castelo, Muritinga do Sul, Nova Granada, Novo Horizonte, Ocaúçu, Óleo, Orlândia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Ourinhos, Pacaembu, Paraguaçu Paulista, Parapuã, Patrocínio Paulista, Paulo de Faria, Pedreira, Pereira Barreto, Pindorama, Piquete, Piracicaba, Pirajuí, Pirapozinho, Pirassununga, Pitangueiras, Pompéia, Pontal, Porongaba, Porto Feliz, Presidente Bernardes, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Wenceslau, Promissão, Queluz, Quintana, Rancharia, Ribeirão dos Índios, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio das Pedras, Sagres, Salesópolis, Salto Grande, Santa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Isabel, Santa Mercedes, Santa Rosa do Viterbo, Santo Anastácio, Santo André, Santo Antônio da Posse, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, São Sebastião, São Simão, Sertãozinho, Sete Barras, Silveiras, Socorro, Sorocaba, Sud Mennucci, Suzano, Tanabi, Taquaritinga, Taubaté, Tupã, Tupi Paulista, Ubatuba, Valinhos, Vargem Grande do Sul, Vera Cruz, Vinhedo, Votuporanga, etc.

Essas obras foram projetadas por mais de 160 nomes, como: Abelardo de Souza, Abelardo Gomes de Abreu, Abelardo Reidy de Souza, Abrahão Sanovicz, Adolfo Ortenblat Filho, Adolpho Rubio Morales, Afonso Eduardo Reidy, Alberto Daniel, Moreira Andrade, Alberto Rubens Botti, Alfredo Paesani, Ari de Queiroz Barros, Ariosto Mila, Arnaldo Furquim Paoliello, Arnaldo Grostein, Arthur Fajardo Netto, Ayako Nishikawa, Bernardo José Castelo Branco, Carlos Barja Millan, Candido Malta Campos Filho, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Carlos Benvenuto Fongaro, Carlos Cascaldi, Carlos Gomes e Cardim, Dácio Ottoni, Dante de Souza Pereira Autuori, Dario Montesano, David Araújo Benedito Ottoni, Décio Tozzi, Djalma Macedo Soares, Dora Aksenfeld, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, Elisário Cunha Bahiana, Enéas Fernandes de Carvalho, Ernesto Varga Cardoso, Fábio Arantes S. Aquino Leme, Fábio Eduardo Kok de Sá Moreira, Fabio Moura Penteado, Feitor Ferreira de Souza, Fernando Augusto Senna Arantes, Francisco A. Saraiva Farniele, Francisco Petracco, Galjaro Chanpaglia, Giancarlo Gasperini, Giancarlo Palanti, Gilberto Junqueira Caldas, Gilberto Othoniel Toni, Gregório Zolko, Hamilton M. de Campos, Heinz Toland Weder, Heitor Ferreira de Souza, Hélio de Queiroz Duarte, Hélio Pasta, Hélio Penteado, Helmut Hein, Henrique Signore Sadocco, Hernani Russo, Hirohiko Sawao, Hiroko Kawauchi, Hoover Américo Sampaio, Icaro de Castro Mello, Israel Galman, Jacob Maurício Ruchti, Jaguanhara de Toledo Ramos, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, Janusz Wlodzimierz Wojdyslawski, Jarbas B. Karman, Jerônimo Esteves Bonilha, João Batista Alves Xavier, João Carlos Bross, João Clodomiro de Abreu, João Francisco Portilho de Andrade, João Marino, João Batista Vilanova Artigas, João Walter Toscano, João Xavier, Joaquim

Guedes Sobrinho, Joel Ramalho Júnior, Jorge Nomura, Jorge Wilhelm, Jorge Zalszupin, José Caetano de Mello Filho, José Luiz Fleury de Oliveira, José Maria Gandolfo, José Maria Monfort, José Pinto, José Roberto Martins, Jose Silvestre Viana Egrecia, Julio José Franco Neves, Júlio Roberto Katinsky, Kurt Holland, Leo Ribeiro de Moraes, Lucio Grinover, Lucjan Korngold, Luis Fernandes A. Moraes, Luis Porto Netto, Luiz Contrucci, Luiz Forte Neto, Luiz Pessoa Ortiz, Majer Botkowski, Marc Rubin, Marcelo Accioly Fralli, Marcos Monlevar Tomanik, Mário Simons Barbosa, Mario Zocchio, Maurício Nogueira Lima, Maurício Tuck Schneider, Miranda Martinelli Magnolli, Nelson A.M. Morse, Nestor Linderberg, Ney de Carvalho Marcondes, Oscar Panzoldo, Oswaldo Arthur Bratke, Oswaldo Correa Gonçalves, Otacilio Rodrigues Lima, Paulo Eduardo Martins de Oliveira, Paulo Floriano de Toledo, Paulo Renan, Paulo Renan Nemedé, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Plínio Croce, Renato Alessandri, Ricardo Sievers, Rita Olmo, Roberto Bratke, Roberto Cláudio dos Santos Aflalo, Roberto Gabriel Maurício Gontier, Roberto José Goulart Tibau, Roberto Monteiro, Rodolpho Ortemblad Filho, Rodrigues de Lima, Roger Henri Wailer, Roger Zmekhol, Romeu Thomé da Silva, Rodolpho Ortenblad Filho, Ronaldo Dumani, Rino Levi, Rosa Grená Kliass, Rubens G. Carneiro Vianna, Rubens Cezar Madureira Cardieri, Rubens Monteiro, Salvador Candia, Samuel Szpigel, Sérgio Teperman, Setsuo Kamada, Sliógenes Vieira Negrão, Sliomar Selter, Teodoro Castro Mello, Ubaldo Carpigiani, Ubirajara Gonçalves Gilioli, Ubirajara Mota Lima Ribeiro, Victor Reif, Walter S. Kneese, Wladimir Kliass, Zenon Lotufo, Zilah Terezinha Castrucci Tambasco etc. A maioria dos arquitetos paulistas do período, projetaram para o PAGE.

O PLANO DE AÇÃO NO LITORAL PAULISTA

Nas cidades do litoral paulista o PAGE produziu as seguintes obras:

Unidade	Tipologia	Arquiteto	Ano	Município	Endereço	Processo
Posto de Saúde	Unidade Sanitária	DOP	1959	Cananéia		
EE Thomaz Ribeiro de Lima	Ginásio Estadual	Eduardo Corona		Caraguatatuba	R. Frei Pacífico Wagner, 757	3615/59
Não localizada	Unidade Sanitária			Caraguatatuba	Av. Padre Anchieta, 475 esq. Sebastião Mariano Nepomuceno	22.693/60
CATI Casa da Agricultura	Casa de Agricultura	DOP		Caraguatatuba	R. Sebastião Mariano Nepomuceno, 149	22.699/60
EE Professora Professor Rene Rodrigues de Moraes	Grupo Escolar	Jorge Zalszupin		Guarujá	R. Dr. Carlos Nehring, 165, esq. Av. Helene Maria	46282/61
EE Professora Philomena Cardoso de Oliveira	Grupo Escolar	Maurício Tuck Schneider	1961	Guarujá	R. Paraná, esq. Av. Guilherme Backeuser	20.625/61
EE Prof. Walter Scheppis	Ginásio	Oswaldo Correa Gonçalves	1960	Guarujá	Rua Joana Menezes de Melo Faro, 867, Paecara	15522/60
Atual PM	Unidade Sanitária			Guarujá (Vicente de Carvalho)	R. Sta. Izabel, 100	7.205/61
EEPG Profa. Dinorá Rocha	Grupo Escolar			Iguape	R. São João, s/n	61.078/60
Fórum	Fórum	DOP	1959	Iguape	R. dos Estudantes, 106/R. Mons. Crescente	914/57

Casa da Agricultura	Casa de Agricultura	DOP		Iguape	R. dos Estudantes, 2/R. Papa João 23	31.644/60
EEPSG Prof. Jon Teodoresco	Ginásio	João Vilanova Artigas	1959	Itanhaém	R. Tiradentes, 46 esq. R. Com. José Gaspar	16.023/58
Centro de Saúde	Unidade Sanitária	Rita Olmo	1959	Itanhaém	Av. Tiradentes, 184	29236/61
EE Prof. Suetâneo Bittencourt Junior	Ginásio	João Clodomiro de Abreu	1962	Santos	Praça Visconde de Ouro Preto, s/n. Santos, Estuário	
EE Dona Luiza Macuco	Ginásio Estadual	Abraão Sanovicz	1962	Santos	Avenida Aristóteles de Menezes, s/n, Ponta da Praia	47.856/61

Tabela 1 – lista de obras do PAGE no litoral paulista. Fonte: produzido pelos autores.

O Fórum de Iguape foi concluído durante o PAGE, mas é um exemplar dos projetos padrão, iniciado antes do PAGE. As Casas de Agricultura produzidas pelo Departamento de Obras Públicas, já conheceram a presença do PAGE na produção arquitetônica, e não mais repetiam os projetos Neocoloniais anteriores.

Dentre as 15 obras do Plano implantadas no litoral, serão analisados 3 edifícios escolares. Isto porque este tipo funcional foi fundamental para a definição do que ficou conhecido como Escola Paulista. O papel de Vilanova Artigas é reconhecido como o principal arquiteto desta corrente arquitetônica, quer pelas suas obras, quer pelas formulações espaciais e materiais pelas quais ela é reconhecida. Isto, certamente, tem fundamento e uma história. Os projetos residenciais de Artigas da segunda metade da década de 1950, conheceram uma interiorização no sentido da casa voltar-se integralmente para dentro. Em maior ou menor grau todos os ambientes articulavam em função da sala-praça. A casa passou a ser um outro ambiente em contraposição à cidade caótica. Através do convívio ativo que a sala-praça induzia, a casa passou a ser um ambiente de formação para um sujeito democrático, um sujeito para uma nova sociedade. A casa como a cidade a cidade como a casa eram construções do porvir, a casa antecipava a cidade do futuro, já era o futuro no presente. Entretanto, o alcance à família era restrito socialmente, e diminuía muito a porvir. Com as escolas do PAGE, e a possibilidade de replicar a sala-praça, no pátio de convívio de um coletivo de alunos, permitiu inferir uma consequência social maior à arquitetura de Artigas e da Escola Paulista, e desta forma pode incorporar a Função Social. Analisar as Escolas do PAGE, sabendo que nem todos os arquitetos tinham a mesma intencionalidade de Artigas, permite analisar as primeiras experiências da Escola Paulista.

EEPSG PROF. JON TEODORESCO E A FUNÇÃO SOCIAL DA ARQUITETURA

O Ginásio de Itanhaém, projetado em 1959, é um marco na produção de Artigas, sendo sua primeira obra pública em conjunto com Carlos Cascaldi, isto porque, as escolares, após os seus projetos residenciais, da segunda metade dos anos 1950, que definiram o ethos da Escola Paulista, isto é, a arquitetura é definida a partir da solução estrutural, a grande laje de concreto aparente. Esta encerrava um pequeno universo, a própria recriação da cidade enquanto espaço projetado e construído. O edifício como abrigo social, não é somente proteção, era convívio, troca de experiências, o organizador e o

cenário das atividades culturais e particularmente de formação. O edifício resumia a cidade, símbolo maior do progresso do homem.

A estrutura independente permitia a continuidade e a fluidez espacial conduz a localização das atividades internas em três blocos: o didático, o administrativo e o central com serviços, cozinha e cantina. Pelo porte e dimensão da laje uma forte tensão é estabelecida entre a estabilidade de seu perfil horizontal e o arrojo técnico que os pilares de borda, com o formato de triângulo retângulo invertido, personificam. Estes ao “puxarem”, “tracionarem” a laje para além dos limites da planta, exigem que ela avance, e que a idéia de uma nova cidade, ou um mundo melhor que a edificação representava, conquiste outros territórios. A “força” que os pilares sugerem, era mecânica, sua natureza era de um conhecimento técnico, especializado, que a rugosidade imprecisa e aleatória do concreto tendia a desmentir. São dois tempos que se confrontam, a esticada rápida que o pilar aponta, contra a lenta acumulação de sedimentos, que a textura do concreto parece incorporar, modernidade e história dois vetores “opostos” que se integram para criação do espaço de um homem que deveria mover-se segundo interesses coletivos.

A funcionalidade era interessada no homem que havia de ser e se formar naquele espaço. A grande sala praça das residências anteriormente projetadas, adquire aqui o seu sentido maior. Nas residências, o convívio era estimulado pela organização espacial a partir da sala. Na escola o pátio cumpria este papel e o convívio do coletivo do alunos, pensado como um rito livre, criativo e democrático é o grande objetivo da pedagogia arquitetônica. A escola torna-se o dispositivo de formação do novo homem democrático, do país, que naquele período construía a democracia.



Figura 1: Perspectiva da EEPSP Prof. Jon Teodoresco, elaborada por Vilanova Artigas. Fonte: acervo do Grupo de Pesquisa ArtArqBR.

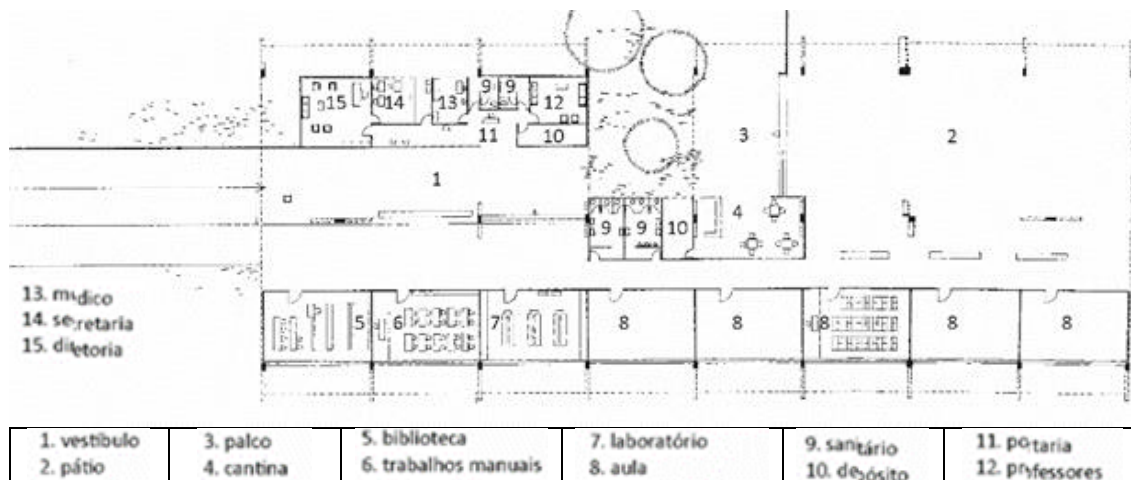


Figura 2: Planta da EEPSP Prof. Jon Teodoro. Fonte: acervo do Grupo de Pesquisa ArtArqBr.

EEPSG PROF. SUETÔNIO BITTENCOURT JUNIOR, JÃO CLODOMIRO B. DE ABREU, SANTOS 1962

A escola possui um dos projetos mais interessantes do Plano de Ação. Com uma forma circular, o prédio reúne todas as salas de aulas, áreas administrativas, banheiros e cozinha, além do pátio coberto, em torno de um espaço descoberto. Interessante notar que em potência seria o pátio de convívio, mas não há registros de como foi utilizado inicialmente, pois atualmente, o espaço central foi coberto e transformado em uma quadra de esportes, que cercada descaracterizou em grande parte as qualidades espaciais da edificação, e limitou o uso às práticas esportivas. As outras reformas que ocorreram no prédio desde 1962 foram mais pontuais, como a troca do telhado, que antes era de fibrocimento. Sobre o formato da escola, foram percebidas 2 curiosidades durante uma visita técnica. O prédio escolar é chamado pelos moradores da cidade, Maracanãzinho, devido à sua semelhança com o estádio da cidade do Rio de Janeiro.

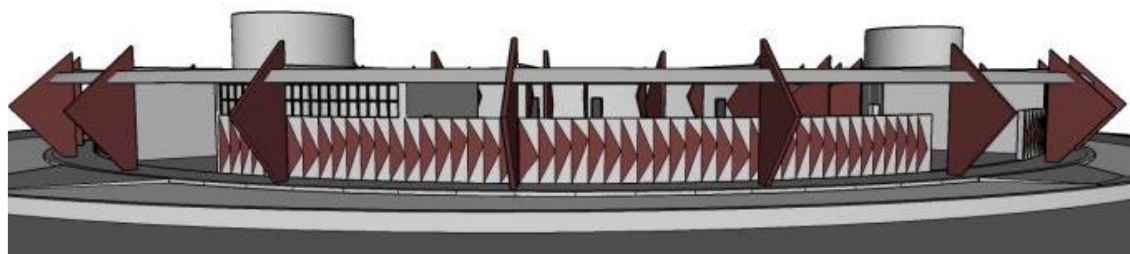


Figura 3: Perspectiva da EEPSP Prof. Suetônio Bittencourt Junior, João Clodomiro B. de Abreu, com o painel original que criava uma dinâmica visual na borda da edificação. Fonte: acervo do Grupo de Pesquisa ArtArqBr.

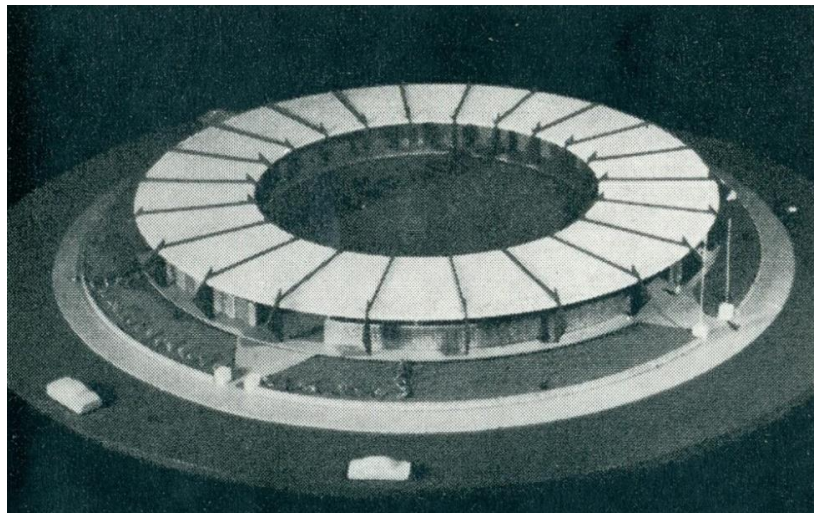


Figura 4: Vista superior da maquete à época do projeto original, onde pode se observar as características da edificação que induziram a denominação popular de Maracanãzinho. Fonte: Revista Acrópole, 1965.

EE Prof. Suetônio Bittencourt Júnior
João Clodomiro B. Abreu
Santos, SP, 1962

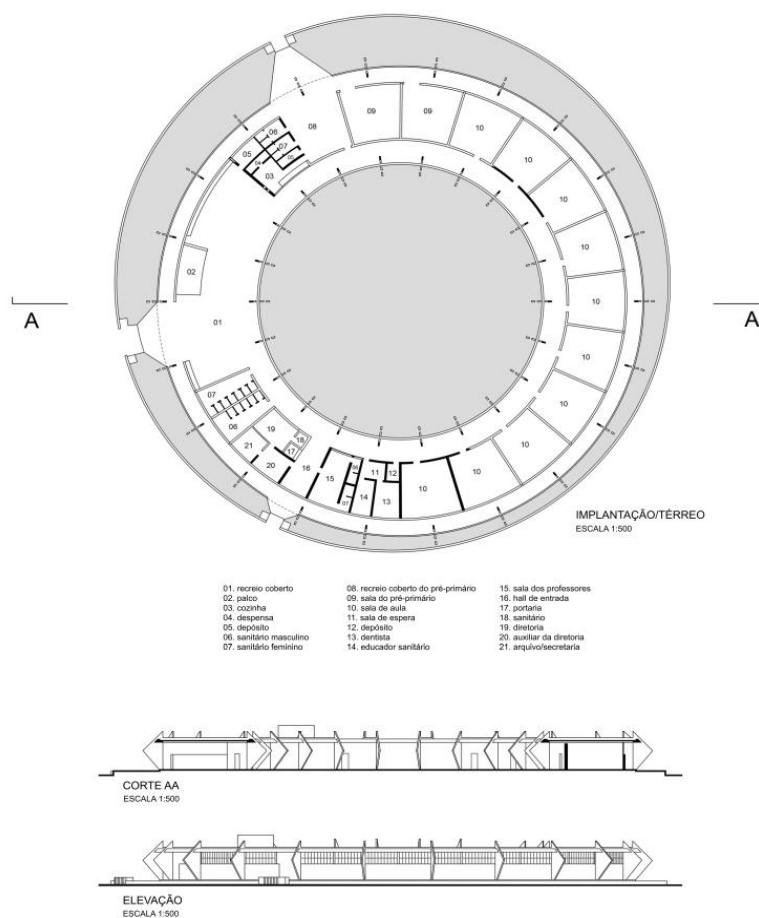
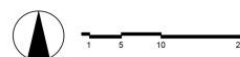


Figura 5: Planta e cortes da EEPSP Prof. Suetônio Bittencourt Junior. Fonte: acervo do Grupo de Pesquisa ArtArqBR.

EEPSG PROFA PHILOMENA CARDOSO DE OLIVEIRA, MAURÍCIO TUCK SCHNEIDER, GUARUJÁ, 1961

Este projeto pode ser interpretado como resultado das experimentações arquitetônicas desencadeadas pela exploração formal dos elementos da Escola Paulista. Originalmente, o piso térreo oferecia-se como um grande patio de convívio, neste caso aberto à cidade. Os ambientes administrativos e funcionais completavam o andar térreo.

No segundo piso encontram-se as salas de aula (nos dois lados do bloco retangular), os sanitários, a biblioteca e a sala dos professores. A circulação, entre as salas nos lados opostos, se dá por meio de passarelas e entre estas, existem quatro vãos que permitem observar os espaços de permanência do térreo, o pátio coberto e o palco. Há algo da Escola de Huxton do Casal Smithson, na circulação que alimenta o convívio.

A grande caixa de concreto aparente da Escola, uma característica forte da Escola Paulista, adquire expressividade em função da sustentação por pilares que liberam grande parte do térreo. Os pilares modulares se assemelham à trapézios isósceles, com dimensões maiores no alto junto à laje do piso superior e estreitam-se até o piso, atribuindo leveza ao edifício, reforçando nas suas elevações o contraste entre a “peso” da caixa de concreto e sua “soltura” em relação ao solo.

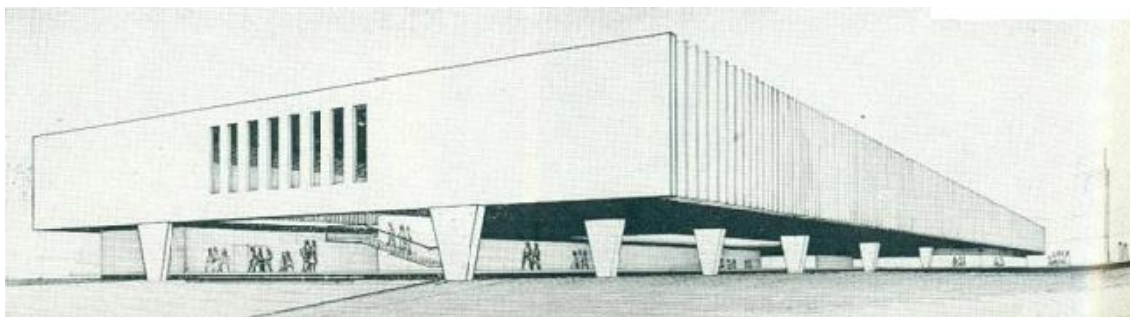


Figura 6: Perspectiva da EEPSG Profa. Philomena Cardoso de Oliveira, Mauricio Tuck Schneider, Guarujá, 1961.
Fonte: Revista Acrópole, 1965.

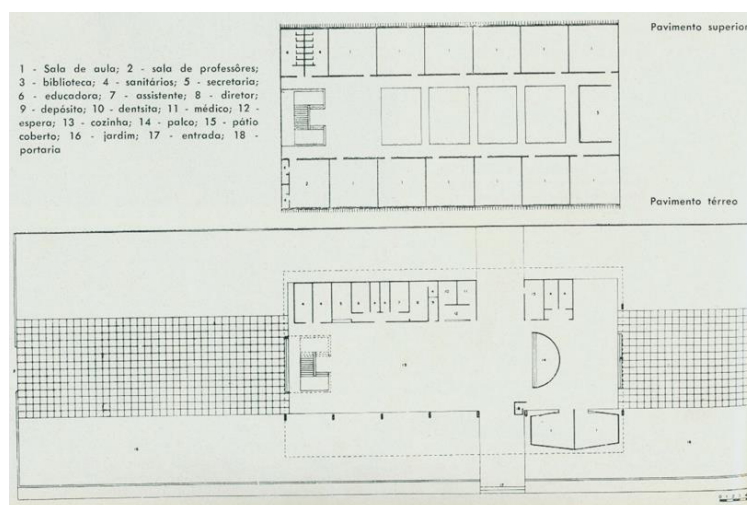


Figura 7: Plantas da EEPSG Profa. Philomena Cardoso de Oliveira, Mauricio Tuck Schneider, Guarujá, 1961.
Fonte: Revista Acrópole, 1965.

CONCLUSÃO

Como dito na Introdução, como uma das primeiras obras do PAGE, a EEPSP Prof. Jon Teodoresco, além de ser a primeira obra de Vilanova Artigas do Plano, acabou por definir um tipo arquitetônico, a estrutura e o espaço arquitetônico conformam uma única e mesma solução, e uma corrente arquitetônica, a Escola Paulista, que incorporou a espacialidade coletiva, propiciada pelo pátios de convívio, como lugar da formação de um coletivo de indivíduos para uma vida social e democrática, concepção derivada das obras residenciais de Artigas da segunda metade dos anos 1950. Essa concepção, viria fazer escola entre os arquitetos que atuavam em São Paulo no início da década de 1960.

Mas, não apenas isso, como pode ser observado nos outros dois projetos, a concepção acabou por influenciar outros arquitetos - o pátio de convívio, que gere a espacialidade dos projetos de escolas, é quase uma constante nas obras do PAGE-, que compactuando ou não com os ideais de Artigas, deram amplitude produção moderna a Escola Paulista, fixando-se ou ampliando a solução arquitetônica e estrutural.

Essa escola, que teve como um dos seus aspectos mais destacados, compensar o formalismo, do qual a Arquitetura Moderna Brasileira era criticada, desenvolveu-se, através do PAGE, justamente, porque o seu programa, não era apenas desenvolvimentista, mas agregava propostas sociais, arquitetonicamente, traduzidas nos equipamentos públicos, como as escolas. E mesmo se o tipo definido por Artigas não conformasse a totalidade da produção do Plano, há uma pluralidade de soluções, a sintonia entre o PAGE, sua dimensão social e a Arquitetura Moderna foi muito efetiva, cuja consequência foi o fato da Escola Paulista ter renovado a Arquitetura Moderna Brasileira, incorporando a ela a Função Social.

REFERÊNCIAS

ACRÓPOLE. Grupo escolar no Guarujá. Acrópole, São Paulo, Ano 27, n. 318, p. 28-30, jun. 1965.

ARTIGAS, Vilanova. In: INSTITUTO Lina Bo Bardi e FUNDAÇÃO Vilanova Artigas. **Vilanova Artigas, arquitetos brasileiros**. São Paulo: Ed. Governo do Estado, 1997.

BARROS, J.R.M. **A experiência regional de planejamento**. In: MINDLIN, B. (Org.) **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p.111-137.

BUZZAR, M. A.; CORDIDO, M. T. R. L. B.; CAMARGO, M. J. **Relatório Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil – O Patrimônio Arquitetônico Criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963)**. São Paulo: FAPESP, 2015.

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **ATA da Assembleia do IAB**. São Paulo, 8 de out. de 1959.

KUGELMAS, E. Políticas públicas na administração paulista: 1946/77. **Cadernos Fundap**, v.5, n.9, p.30-45, 1985.

NIEMEYER, O. O problema social na arquitetura. **Arte em Revista**, v. 2, n. 4, p. 53, 1980.

PINTO, Carvalho. **Plano de Ação do Governo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959.

_____. **Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1960.

_____. **Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - 14 de março de 1961, para a Lei nº 6.047, de 27 de janeiro de 1961**. São Paulo: Imprensa Oficial, [s.d].

_____. **Exposição do Governador Carvalho Pinto para a 4ª Reunião de Governadores com Excelentíssimo Presidente da República**, São Paulo: Imprensa Oficial, 1961.

_____. **Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1962.

PENTEADO, Fábio Moura. **Entrevista** concedida ao Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr). Entrevistadores: Maria Tereza R. L. B. Cordido e Miguel A. Buzzar, 09 abr. 2007.

SAMPAIO, P. A. **Plínio de Arruda Sampaio, depoimento** [maio 2007]. Entrevistadores: SIMONI, L. N.; CORDIDO, M. T. R. L. B.; BUZZAR, M. A. Entrevista concedida ao Projeto Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil: o Patrimônio Arquitetônico Criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963).

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 34.656 de 12 de fevereiro de 1959**. Estado de São Paulo, Plano de Ação do Governo 1959-1963: Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959a. pp.3 e 7.

.